

## **Povos e comunidades tradicionais na contemporaneidade e o papel da folkcomunicação<sup>1</sup>**

Cristina SCHMIDT<sup>2</sup>

Universidade de Mogi das Cruzes/Faculdade Bertioga, SP

### **RESUMO**

Os povos e comunidades tradicionais vivem situações de vulnerabilidade extrema nesse contexto da pandemia do novo coronavírus. Esses povos trazem marcas do processo colonizador que segue até nossos dias, e precisa ser tomado pelo meio acadêmico como centro dos debates. Por meio de levantamento bibliográfico e documental, o artigo enfoca a temática com o intuito de fazer apontamentos quanto suas características, processos, conceitos e o papel da comunicação e da Folkcomunicação. Com suportes conceituais de marginalizados de Luiz Beltrão; comunidade de Willians, Bauman, Brandão; e marcos legais; refletir sobre a ancestralidade na contemporaneidade. A Folkcomunicação, no território das tradicionalidades, revela-se como importante processo de posicionamento mediante a situação de marginalidade e exclusão, para viabilizar protagonismos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Tradicionais, Marginalizados, Folkcomunicação.

### **Introdução**

O contexto atual se configura em uma complexidade de crises políticas e econômicas, acentuadas pelo colapso no campo da saúde pública global. A pandemia que se propagou pelo mundo, com um vírus até então totalmente desconhecido pela ciência – o Sars-CoV-2, evidenciou problemas sociais que estavam sendo relegados em diferentes planos. As informações constantes na imprensa e em relatórios técnicos de pesquisas científicas, sobre os desdobramentos dessa situação, têm demonstrado as tensões de toda ordem que acentuam as desigualdades.

Um dos impactos mais evidenciados, está relacionado ao mercado de trabalho no mundo. O ano de 2020 representa um aumento médio de 12% no número de desempregados em relação ao ano anterior, totalizando cerca de 83 milhões de pessoas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no **GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade**, no XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Pós-Doc em Comunicação para o desenvolvimento Regional pela Cátedra UNESCO/UMESP, Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP, Mestre em Teoria e Ensino – UMESP, e-mail: cris\_schmidt@uol.com.br

sem emprego somente nos países da América do Norte, Central e América Latina. Por sinal, a região mais afetada pelo novo coronavírus, a Região das Américas lidera com 17.512.753 casos confirmados e 580.189 mortes, de acordo com dados atualizados das OPA e OMS (Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde).

Só nos EUA são 42 milhões de pessoas desempregadas, sendo que dessas, 2,9 milhões pediram auxílio desemprego. Esse número representa 14,7% a taxa de desemprego mensal, e era 3,6% antes da pandemia (VEJA, junho/2020)<sup>3</sup>.

Na América Latina, de acordo com a OIT – Organização Internacional do Trabalho, 41 milhões de pessoas estão desempregadas, representando um aumento de 13%. "Cerca de 60% das pessoas empregadas na América Latina e no Caribe estão expostas a perdas significativas no emprego, nas horas trabalhadas e na renda do trabalho".<sup>4</sup>

No Brasil, especificamente, do início da pandemia até agosto, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) foi um aumento de 13,7%, o que correspondia a 12,9 milhões de pessoas. Agora em outubro, Pesquisa da FGV afirma que essa taxa já é a maior desde 1992 e que, existe a possibilidade de os números chegarem a 16% (VEJA, junho/2020). Ainda de acordo com o Pnad, 68% dos postos de trabalhos perdidos eram informais, em sua maioria, ligados a áreas de serviços, comércio e construção civil. Postos geralmente ocupados por pessoas com baixa escolaridade, e de grupos sociais mais vulneráveis, acentuando a desigualdade.

Do mesmo modo, povos e comunidades tradicionais como Indígenas e Quilombolas, vivem situações de vulnerabilidade mais extrema nesse contexto da pandemia do novo coronavírus. Os povos tradicionais são mais sensíveis a viroses de todos os tipos, pois a maioria vive em áreas afastadas e de pouco contato com os movimentos urbanos, e conforme acompanhamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (2020), doenças respiratórias já são a principal causa de mortalidade.

De acordo com relatório da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) já são mais de 750 mortes em 156 povos. Entre os Quilombolas, a situação também é grave, o CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) fez um levantamento no mês de agosto e registrou 151 mortes e mais de 4

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/covid-19-eua-tem-mais-de-42-milhoes-de-desempregados/>.

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_749687/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_749687/lang--pt/index.htm).

---

mil casos. “Sem infraestrutura para cuidados básicos para evitar a proliferação da doença, a taxa de letalidade entre os remanescentes de quilombo é de 11,09%, mais que o dobro da média nacional, que fica em 4,9%” (OXFAM Brasil)<sup>5</sup>.

Tanto Indígenas quanto Quilombolas e outros povos tradicionais não receberam atenção do poder público e não tiveram medidas emergenciais específicas. Estão com acesso muito restrito a serviços adequados de saúde, com muitas das localidades fechadas, como é o caso de várias aldeias, ou ficam muito distantes de algum local para atendimento. Mesmo as comunidades que ficam mais próximas aos centros urbanos, seus territórios ficam invisibilizados pelo Estado.

Mas, a gravidade passa por todas as áreas, uma vez que faltam políticas públicas específicas, pouca infraestrutura, difícil acesso a saúde, educação e segurança, e outros direitos fundamentais. Isso tudo, decorrente da falta de reconhecimento desses grupos como integrantes da sociedade como um todo. Essa situação, como dissemos, só se agravou e descortinou nesse período de pandemia, pois os povos e comunidades tradicionais acompanham um desmoronar das poucas políticas públicas que lhes garantiam, minimamente, perspectivas de inclusão social por meio de educação e saúde, pelo direito ao território e de expressão cultural, religiosa e política.

A ancestralidade, bem como a territorialidade dos povos e comunidades tradicionais trazem em sua trajetória identitária e consolidadora crenças e rituais instauradores, saberes herdados em tempos e povos longínquos. Mas, também expõem as intervenções conflituosas no decorrer da história: de violências, de exclusão, extermínio e massacre cultural – seja pelos meios religiosos, econômicos, políticos, educacionais, religiosos, midiáticos.

Esses povos que trazem tamanhos contrastes, marcas de todo o processo colonizador que segue até nossos dias, precisa ser tomado pelo meio acadêmico de modo interdisciplinar como foco de pesquisas. E foi isso que fizemos em um Dossiê Especial da Revista Internacional de Folkcomunicação, colocando os Povos e Comunidades Tradicionais como centro do debate. A RIF, volume 18, Número 40, jan./jun. 2020, organizado por mim, pela professora Dra. Clarissa Marques (UPE), professor Dr. Wolfgang Teske (UNITINS) e viabilizado pela professora Dra. Karina Janz Woitowicz

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/>

---

colocando em pauta várias questões em sua luta de classe, marginalidade e exclusão e trazendo seus saberes, histórias e processos, de modo a qualificar e reconhecer esses povos.

É nessa linha que este artigo, por meio de levantamento bibliográfico e documental continua na temática dos povos tradicionais, com o intuito de fazer alguns apontamentos quanto suas características, processos, conceitos e, mais especificamente, sobre o papel da comunicação e da Folkcomunicação nesse contexto. Com suportes conceituais como: folkcomunicação, grupos marginalizados, de Luiz Beltrão; comunidade, de Raymond Williams e Zygmund Bauman; política pública, de Leonardo Secchi; entre outros; refletir sobre a ancestralidade na contemporaneidade. E que a Folkcomunicação - seus termos, conceitos, metodologia- seja tomada para analisar essa temática como um posicionamento mediante uma situação social de luta de classe, de marginalidade e exclusão, que exige protagonismos.

### **Comunidades Tradicionais**

O mundo moderno vem sendo apresentado a partir de uma lógica que nasce de seu próprio sistema, deixando as peculiaridades das experiências históricas e coloniais como um anexo a ser consultado a depender das contingências. Entretanto, uma outra história pode ser identificada. É a história do capitalismo histórico e suas modernidades coloniais, já que foram muitas e não apenas uma única construção moderna. Seus resultados emergem da dominação política, econômica e cultural, da colonização do imaginário, que terminou por construir como marca a subalternidade.

O século XX enxergou a diferença colonial a partir da distinção centro-periferia. Hoje, a diferença está em toda parte, “nas periferias do centro ou nos centros da periferia”, como diria Walter Mignolo. A resistência em nome da diferença torna-se um enorme desafio diante do contexto das desigualdades e exclusão, tornando cada vez mais necessárias as lutas assumidas pelos diferentes grupos sociais articulando um diálogo intercultural.

Bauman (2005) fala sobre a vida moderna e contemporânea fragmentadas, em compartimentos segmentados que não se conectam, em períodos com começo e fim, separados do processo histórico, e da vida como um todo. Onde “as ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa

volta, e é preciso estar alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (2005, p.19). Sendo que, cada parte adquire uma função e um valor em si: o trabalho, o lazer, a família, a religião, etc. Para ele, os grupos sociais são levados a determinados comportamentos para atender a uma grande engrenagem social/econômica artificial criada para envolver a todos indistintamente, dominando todo processo de produção e inibindo a criação.

O colonialismo se foi, mas deixou a colonialidade como desafio às resistências. Mas, exatamente por isso, as dinâmicas culturais levam a um diálogo ou conflito permanente, interno e externamente, com as iguais ou com as diferentes, algumas de modo mais intenso que outras. Nesse processo misturam, integram, desintegram, ressignificam. Nada de cultura pura ou unicidade histórica. Essas mesclas e indefinições compõem os movimentos e grupos culturais da contemporaneidade, e as comunidades tradicionais como parte dessas intercorrências submetidas às dominâncias.

O significado do termo comunidade já leva a diferentes conceitos e significados, aos imaginários comunidade está ligada a uma coisa boa, confortável, aconchegante, acolhedora, de troca e participação. “é bom estar em uma comunidade”, “pertencer a uma comunidade”, “na comunidade estamos seguros”, “lugar de pessoas confiáveis”.

Raymond Williams (2000), traz um conceito baseado em uma estrutura orgânica, onde as pessoas vivem juntas e participam desse grupo que conformou ideologicamente os integrantes, para terem práticas consensuais, concretizadas em instituições sociais como a política, a religião, a educação, a ciência, a arte. Para ele, esses conhecimentos vêm de um passado recordado, diz que a comunidade está na memória, em algo que já foi e se recorda.

Bauman (2005) já coloca a ideia do viver em comunidade como algo para o futuro, um “Paraíso perdido que buscamos febrilmente os caminhos para alcança-la”. Para ele atualmente esse termo traz uma “dura realidade”. Entendendo esse termo como parte da sociedade contemporânea em seus mecanismos de dominação, a comunidade mesmo quando vinculado ao orgânico e identitário leva a um determinismo de regras e comprometimento, exige obediência e trocas iguais. Na comunidade existe a unidade, a naturalidade e a simplificação dos valores e ações. Mas, em comunidade gera contradição entre “liberdade e segurança”. (Bauman, 2005, p.18-19 e p.132-134)

Nesse raciocínio, quando trazemos o conceito de comunidades e povos tradicionais para a esfera ambiental, onde iniciou um forte debate, a identificação desses

---

grupos como responsáveis por um arcabouço de saberes e fazeres que estão relacionados a um viver sustentável. É nesse campo que tais comunidades passam a serem vistas como protagonistas para uma sociedade equilibrada tendo como base a família, com saberes técnicos e de vida integrados aos ciclos naturais e ecossistemas, com um sistema de produção fora da economia de mercado, com baixo impacto ambiental. (BARRETO FILHO, 2001, p.18-19)

Também, por seus processos históricos e condições específicas de pobreza e desigualdade, acabaram vivendo em isolamento geográfico e/ou cultural, tendo pouco acesso às políticas públicas de cunho universal, o que lhes colocou em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa. Nesse sentido Carlos Rodrigues Brandão conceitua,

Comunidade tradicional constitui-se como um grupo social local que desenvolve:a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;b)saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, p. 37)

Na área jurídica Brasileira, esses povos tradicionais sejam eles indígenas e quilombolas, ou outras comunidades também consideradas dentro desse espectro de tradicionalidades, passaram a ser sujeitos de direito com a Constituição de 1988. Essa Carta Magna, considerada como constituição cidadã, integrou grande parte de grupos marginalizados, ignorados e excluídos do cenário das políticas públicas até então. Indígenas, Quilombolas, Culturas de Matrizes Africanas, Quebradeiras de coco de babaçu, Castanheiros, Seringueiros, Ribeirinhos, Sertanejos, Fundo de Pasto, Caipiras, Faxinalenses, Caiçaras, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Ciganos e outros grupos

situados em diferentes partes do país – todos com histórias singulares e ocupações centenárias, iniciam com esse marco legal, um processo de reconstrução identitária e luta por reconhecimento e direitos até então negados.

Em 2007, volta a agenda do Governo Federal por meio do Decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). De acordo com o Decreto 6040, os povos e comunidades tradicionais são:

I- Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Esse decreto ainda define o que é um território tradicional e o uso sustentável realizado nesses territórios por esses povos.

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Esse Decreto está inserido no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que tem por objetivo reconhecer formalmente a existência e as especificidades desses segmentos populacionais, garantindo os seus direitos territoriais, socioeconômicos, ambientais e culturais, sempre respeitando e valorizando suas identidades e instituições.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as Comunidades Tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam ¼ do território nacional. O relatório da OXFAM Brasil afirma que “apesar da abrangência de território e da participação na história de construção do país, esses grupos têm processos históricos de violações, invasões a seus territórios, pobreza e genocídio. Além disso, têm pouco — as vezes nenhum — acesso à políticas públicas”.



<i><b>Povo ou Comunidade Tradicional</b></i>	<i><b>Área habitada/ha</b></i>	<i><b>Número de famílias</b></i>
Povos Indígenas (220 etnias)	110 milhões	734.127
Quilombolas	30 milhões	2.000.000
Seringueiros	3 milhões	36.850
Seringueiros e Castanheiros	17 milhões	163.000
Quebradeiras de Coco-de-Babaçu	18 milhões	400.000
Atingidos por barragens – incluindo parte dos pescadores e ribeirinhos	-----	1.000.000
Fundos de Pasto	-----	140.000
<b>Totais:</b>	<b>176 Milhões</b>	<b>4.5 milhões</b>

Fonte: PNUD,2020.

### **Comunidades Tradicionais, Jornalismo e Folkcomunicação**

O entendimento acerca das diversas implicações e desdobramentos da questão das comunidades tradicionais demandam conhecimentos de diversos níveis, sendo a imprensa um potencial fornecedor de informação contextualizada. O jornalismo que traz as diferentes fontes, é fundamental para trazer principalmente diferentes vozes.

Em meio ao recente contexto de desinformação e uma infinidade de notícias falsas, considerada uma segunda pandemia, tão maléfica quanto a do Covid 19, evidencia que uma comunidade bem informada e consciente de si conta com melhores condições de exigir seus direitos.

Portanto, de acordo com Guilherme Canela (2008) o papel das diferentes mídias é fundamental na apresentação de dados estatísticos a partir de fontes legítimas; legislação específica; diversidade de fontes; opiniões divergentes; e boas práticas. Além disso, é fundamental o acompanhamento de todas as etapas de construção do fato, dos direitos (legislações), de possíveis políticas públicas relacionadas, acompanhado da verificação da continuidade, idoneidade e eficácia dos acontecimentos e das políticas colocadas em prática.

Outro aspecto importante para o comprometimento da produção jornalística é o enquadramento dado a um tema, que pode influenciar as distintas etapas do processo de construção de significados sobre os diferentes atores envolvidos no fato. De acordo com Canela (2008) a imprensa cobre muito o lançamento de projetos ou fatos impactantes



---

(morte, ocupação, conflito), mas a função a ser despertada é o investimento no acompanhamento do processo cultural, histórico e político dos diferentes grupos sociais.

O jornalismo e mídias tradicionais, então, passam a ter papel fundamental na compreensão das culturas originárias e tradicionais – em seus processos e produtos: na transmissão de saberes e fazeres; no entendimento de suas produções na agricultura, artesanato, indústrias, e até da apropriação cultural (cinema, teatro, literatura, jornalismo, mídias digitais). E no reconhecimento de suas lideranças como os pajés, caciques, a mulher negra, os curandeiros, os pais e mães de santo, o roceiro, o pescador, etc.

Voltando-se para a Folkcomunicação, é possível trazer uma grande reflexão relacionada à problemática da exclusão de grande parte da sociedade dos processos e meios hegemônicos de comunicação, em que Beltrão (1980) conceitua como os marginalizados urbanos, os rurais e os culturalmente marginalizados. Para o autor, esses grupos são possuidores de seus próprios canais de comunicação, geradores de processos sociais e, muitas vezes, articuladores e líderes de opinião.

No campo da Folkcomunicação, esses processos e mídias dos grupos populares marginalizados, acionados por agentes de "informação de fatos e expressão de ideias", têm tanta importância comunicacional quanto aquelas difundidas pelos meios massivos. Essa teoria reconhece nos agentes de Folk – nas lideranças, dos grupos rurais ou urbanos, um caráter institucional – de mediador (semelhante àquele que Martin Barbero atribuiria mais tarde aos agentes educativos, religiosos ou políticos). Luiz Beltrão, inclusive, antecipava a teoria das "mediações culturais", de Jesus Martin Barbero e dos culturalistas do pensamento comunicacional latinoamericano.

Por meio desse método de abordagem é possível fazer a leitura das reminiscências pré-cabralistas, e do período de colonização nas expressões culturais, assim como os traços culturais posteriormente incorporados às culturas tradicionais, como uma espécie de continuum simbólico. É possível, inclusive, fazer discernimento das colonialidades persistentes nas comunidades tradicionais no momento contemporâneo.

Tomando a teoria da Folkcomunicação, podemos esclarecer primeiramente que ela não é o estudo da cultura popular, do folclore, ou das culturas das comunidades tradicionais, ou das culturas dos marginalizados em si. Essa especificidade de estudo da cultura cabe às ciências sociais, conforme exposto acima. A Folkcomunicação concebe as expressões/manifestações culturais diversas como veículos de comunicação popular,

---

que transmitem mensagens por meios próprios ao grupo; e ainda, retransmitem ou decodificam as mensagens da indústria massiva (jornais, revistas, rádio, televisão).

É justamente aí que se localiza a importância dessa teoria para ser aplicada na temática dos povos tradicionais, está em estudar os procedimentos comunicacionais pelos quais os povos tradicionais “se sociabilizam, convivem com outras cadeias comunicacionais, sofrem modificações por influência da comunicação massificada e industrializada ou se modificam quando apropriadas por tais complexos” (Hohlfeldt, 2014, p.30).

A folkcomunicação, portanto, é um campo extremamente complexo, necessariamente interdisciplinar, que engloba os saberes vários, às vezes até contraditórios, para compreender e identificar os processos comunicativos dos grupos marginalizados. Portanto, a possibilidade de ser instrumento de reconhecimento de grupos tradicionais, povos originários da formação da cultura brasileira, que foram marginalizados durante toda a história. Por fim, a Folkcomunicação, no território das tradicionalidades, revela-se como importante processo de posicionamento mediante a situação de marginalidade e exclusão, para viabilizar protagonismos.

### Referências bibliográficas

BARRETO FILHO, H.T. “Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política”. In: Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ, 2001 (mimeo).

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa).

BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 07/10/2020.

CANELA, Guilherme. **Políticas Públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI/Cortez: São Paulo, 2008.

HOHLFELDT, Antonio in BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2014.

OXFAM BRASIL. Como a pandemia de coronavirus afeta as comunidades tradicionais. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/>. Acesso em 09/10/2020.

---

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. julho/2020. Disponível em [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_749687/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_749687/lang--pt/index.htm). Acesso em 09/10/2020.

**PENUD. COVID-19: Desenvolvimento Humano deve retroceder pela primeira vez desde 1990.** Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/covid-19--desenvolvimento-humano-deve-retroceder-pela-primeira-v.html>

REVISTA VEJA. **Covid19 EUA tem mais de 42 milhões de desempregados.** junho de 2020. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/covid-19-eua-tem-mais-de-42-milhoes-de-desempregados/>. Acesso em 09/10/2020.

SCHMIDT, Cristina; MARQUES, Clarissa; TESKE, Wolfgang (Editores convidados) **Dossiê Povos e Comunidades Tradicionais.** Revista Internacional de Folkcomunicação. Volume 18, Número 40, jan./jun. 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.